

De “versão” a “narrativa” no *Manual de história oral**

Verena Alberti**

No próximo ano, em 2013, deve ser lançada a terceira edição do *Manual de história oral*, publicado pela primeira vez em 1990, com o título *História oral: a experiência do CPDOC*, um livro de capa azul que ficou bastante conhecido na época. A segunda edição data de 2004 e já recebeu o nome atual. Entre a primeira e a segunda edições, muita coisa mudou, com destaque para o capítulo sobre a base de dados com a qual passamos a gerir o acervo do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, aposentando fichas e listas. A implementação da base de dados tornou possível a consulta *on-line*, via Portal CPDOC.¹ O capítulo sobre equipamento e tecnologia também foi alterado e recebeu extensa discussão sobre tecnologias e suportes analógicos e digitais. Como, entretanto, ainda usávamos fitas cassete, ao lado de *minidiscs* e de fitas miniDV, a segunda edição do *Manual* ainda menciona com naturalidade as fitas analógicas, ponto que está sendo sistematicamente revisto na preparação da terceira edição. A principal mudança entre a segunda e a terceira edições será justamente o capítulo sobre equipamento e tecnologias de gravação. Hoje em dia, não gravamos mais entrevistas em

* Trabalho apresentado na mesa redonda “Questões metodológicas”, no XI Encontro Nacional de História Oral “Memória, Democracia e Justiça”, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Instituto de História, de 10 a 13 de julho de 2012.

** Coordenadora de Documentação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e professora de História na Escola Alemã Corcovado, Rio de Janeiro.

1 Consulta disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral/base>.

suportes analógicos e precisamos tomar uma série de medidas para a preservação de nossos arquivos sonoros e audiovisuais em formato digital.

Para além dessas questões prementes, outra mudança, mais sutil, ocorrerá da segunda para a terceira edições do *Manual de história oral*: como diz o título do presente artigo, a substituição de “versão” por “narrativa” quando me refiro ao que diz o entrevistado. Logo no primeiro capítulo aparece um trecho revisto. No original, escrevi:

Deve ser importante, diante do tema e das questões que o pesquisador se coloca, estudar as *versões* que os entrevistados fornecem acerca do assunto analisado. Ou mais precisamente: tais *versões* devem ser, elas mesmas, objeto de análise. (Alberti, 2004a, p. 30).

Na terceira edição, esse trecho ficará assim:

Deve ser importante, diante do tema e das questões que o pesquisador se coloca, estudar as *narrativas* dos entrevistados acerca do assunto analisado. Ou mais precisamente: tais *narrativas* devem ser, elas mesmas, objeto de análise.

Para explicar essa mudança de “versão” para “narrativa”, gostaria de recorrer a um exemplo. Em 2000, o historiador Joel Rufino dos Santos publicou o livro *Quando eu voltei, tive uma surpresa*, que reúne cartas que ele escreveu ao filho Nelson, então com 8 anos, durante o tempo em que esteve preso no Presídio do Hipódromo, em São Paulo, entre 1973 e 1974. Na apresentação, Teresa Garbayo dos Santos (2000, p. 7), esposa de Joel Rufino, explica as circunstâncias em que as cartas foram escritas e recebidas:

Joel, com esperança de ser libertado, havia-me pedido para dizer a Nelson que continuava viajando a trabalho e logo voltaria. Quase seis meses depois, ilusões desfeitas, consegui convencê-lo de que nosso filho deveria saber a verdade, pois esse afastamento começava a ser vivido, por ele, como abandono. Agora, lá estava eu, num domingo à tarde, contando-lhe que seu pai não vinha vê-lo porque não podia. Foi impossível confortá-lo. Nelson quis ficar sozinho com seu passarinho. Depois, muitas explicações: como, por quê, quando, onde e, especialmente, a diferença entre um preso comum, bandido, e um preso político, solidário com sua gente.

Teresa dos Santos informa que Nelson passou a visitar o pai no presídio, onde era minuciosamente revistado, e recebia muitas cartas em que Joel Rufino tentava “minimizar os sofrimentos, contando-lhe só coisas boas, os novos amigos, o que estava aprendendo”.

São cartas ternas, de um pai amoroso, cheias de histórias engraçadas, de interesse pelo seu desenvolvimento, e de muita saudade. Guardei-as todas, as que chegaram – previamente lidas, censuradas e carimbadas –, porque eram uma parte da história de vida do meu filho e do país em que vivemos. (Santos, T., 2000, p. 7).

Vejamos um trecho da primeira carta publicada, datada de 12 de junho de 1973:

Nelsinho, meu querido.

Estou com muita saudade de você. Recebi as fotografias que você me mandou. Gostei mais daquela em que você aparece dirigindo, junto com o Marquinho. Puxa! Como você está grande. Vejo, pela foto, que seus pés quase já chegam ao acelerador!

Esta carta é para lhe contar o que está acontecendo comigo.

Eu viajei logo depois do Natal. Se lembra? Fui ao norte do Brasil, trabalhar. Quando eu voltei, tive uma surpresa. Fui convidado pelo governo a contar algumas coisas que eu fiz. Por exemplo: eu dei algumas aulas sobre coisas que o nosso governo não gosta; contei algumas histórias que o nosso governo não gosta que se conte; e, finalmente, escrevi alguns livros que o nosso governo também não gostou.² Aí, o governo me pediu que esclarecesse todas estas coisas. Bom, você já sabe que as pessoas têm de esclarecer coisas deste tipo é com o Juiz. Eu te expliquei uma vez o que era um juiz – e acho que você mesmo já viu um na televisão. O juiz do governo faz a mesma coisa que o juiz de futebol: ele decide quem tem razão.

Eu acho que tenho razão. As aulas que dei, as histórias que eu contei e as coisas que eu escrevi nos meus livros e nos jornais – eu acho que são coisas certas. O governo não acha. O juiz é quem vai decidir. Agora, eu estou

2 Joel Rufino dos Santos foi coautor, com Nelson Werneck Sodré, Maurício Martins de Melo, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Rubem Cesar Fernandes, da coleção de seis livros intitulada “História Nova”, publicada pela Editora Brasiliense em 1964 e que foi proibida pela ditadura civil-militar.

esperando ele me chamar para decidir. Isto demora um pouco, infelizmente. Tenho certeza que o juiz vai dizer: “Seu Joel, não tem mal nenhum o senhor ter as suas opiniões. Pode ir embora.” Ou então: “Seu Joel, o senhor já esperou muito tempo pela minha decisão. Pode ir embora.” [...] (Santos, J., 2000, p. 9).

Estritamente falando, essa carta, escrita há quase 40 anos, é uma “versão” sobre um episódio então recente na vida de Joel Rufino: “Quando eu voltei”, diz ele ao filho, “tive uma surpresa.” Mas quanta coisa essa carta documenta! Ainda mais o seu fac-símile, também publicado no livro, com a letra desenhada do pai, o carimbo do presídio, o papel amarelado... Ela documenta aquilo que era possível a um pai escrever para um filho naquelas condições. Como diz Teresa dos Santos, as cartas são “uma parte da história de vida” de Nelson e também uma parte da história “do país em que vivemos”. Por isso, dizer que são “uma versão” pode retirar delas sua especificidade de documento.

Para saber o que a carta documenta, precisamos ter claro para quem ela fala e por que ela fala. Ambas as perguntas têm a ver com outras três: quando fala, como fala e o que a fala? O mesmo se passa com uma entrevista de história oral e com qualquer fonte histórica: não basta considerar o enunciado; é preciso refletir sobre as condições de enunciação. Sabemos que as entrevistas de história oral fazem parte das fontes do historiador, mas com a condição de que ele reflita sobre a construção de suas fontes. A questão central, aqui, é a do contexto de produção dos dados em história.

Pensemos nas cartas de Joel Rufino para seu filho Nelson. Elas foram escritas para o filho, e só para ele. Pode ser que, ao escrevê-las, Joel Rufino pensasse também em sua esposa, ou em outras pessoas queridas que também as leriam. Certamente ele pensava nos censores do presídio, que julgariam se as cartas poderiam ser enviadas ou não.

E nossos entrevistados? Para quem falam? Para nós, os entrevistadores, certamente – e por isso é tão importante, para a análise da entrevista, saber quem é o entrevistador e como ele se apresentou, para entendermos a relação de entrevista que ali se estabeleceu e, por extensão, entendermos (ou procurarmos entender) por que o entrevistado disse o que disse. O entrevistado também fala para nossas instituições, depositárias das entrevistas e, muitas vezes, vistas como depositárias da própria “História”. Dependendo da instituição, ela acaba sendo até mais importante do que o próprio entrevistador.

Em alguns casos, o entrevistado também fala para a comunidade acadêmica, para aqueles que vão escrever a história daquele acontecimento ou período. E, finalmente, ele fala para os pares – tanto os que participaram do mesmo movimento ou ação como os opositores.

O conhecimento histórico é condicionado pelas fontes que temos – ou melhor, pelas perguntas que fazemos às fontes que temos. Não há outra forma de nos aproximarmos do passado. As cartas de Joel Rufino para seu filho Nelson são, sem dúvida, uma forma de nos aproximarmos da “história do país em que vivemos”, como afirma acertadamente Teresa dos Santos. Por isso, em vez de afirmar que as cartas são uma “versão” sobre o passado (o que, a rigor, se aplicaria à frase “Quando voltei, tive uma surpresa: fui convidado pelo governo a contar algumas coisas que eu fiz”), o melhor é dizer o que elas são exatamente: cartas de Joel Rufino para seu filho, escritas da prisão, em 1973.

Por isso estou tendendo a modificar o *Manual de história oral*. Onde há “versão”, prefiro escrever “entrevista”, “narrativa” ou “relato”. Com isso, quero evitar que se tome “versão” como algo muito particular, como em “Essa é a minha versão dos fatos” (frase que também tem um tom de reivindicação da verdade), ou então como algo menor, suscetível de erro, como em “Ah, isso é a versão dele!”

No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, “versão” aparece como algo próximo disso: “cada um dos diferentes modos de contar ou interpretar o mesmo ponto, fato, história etc.”; “por extensão, notícia ou história infundada, boato, rumor”.

Ao preferir “narrativa” estou me aproximando do conceito de “narrativa” da teoria da literatura. De acordo com Luiz Costa Lima (1989, p. 17, grifo meu), por exemplo, trata-se do “estabelecimento de uma organização temporal, através de que o diverso, irregular e acidental entram em uma ordem; ordem que *não* é anterior ao ato da escrita mas coincidente com ela; que é pois constitutiva de seu objeto”. Podemos dizer que essa ordem é dada pelo “quem escreve (ou quem fala)”, “para quem”, “quando”, “por quê”, etc.

Cabe observar – e isso é muito importante – que “narrativa” aqui não é o mesmo que “ficção”. Existe a narrativa histórica, a narrativa ficcional, a narrativa jornalística, etc. Como diz Costa Lima, a narrativa histórica necessita centralmente de um aparato documental, coisa de que a narrativa ficcional não necessita.

Voltemos à história oral. Se estou tendendo a substituir “versão” por “narrativa” na próxima edição do *Manual de história oral* é porque penso

em valorizar aquilo que a entrevista, ou o trecho da entrevista, documenta.³ Como as cartas de Joel Rufino a seu filho, as gravações de nossas entrevistas também documentam coisas. Em primeiro lugar, documentam como o entrevistado, ou a entrevistada, quer ser visto(a), ou o que ele(a) quer falar para nós. Documentam também a relação de entrevista, que se estabelece entre nós, os entrevistadores, e eles(as), os(as) entrevistados(as). Documentam ainda a narrativa se constituindo. É no momento da entrevista que o diverso, o irregular e o acidental entram numa ordem, dada pelo entrevistado e pela presença ou pela ação dos entrevistadores.

Vejamos como isso acontece num trecho curto da entrevista de Justo Evangelista, liderança negra no Maranhão, concedida ao projeto “História do movimento negro no Brasil”, desenvolvido por Amílcar Araujo Pereira e por mim entre 2003 e 2007, e cujo acervo se encontra no CPDOC.⁴

Justo Evangelista – Quando eu fui vereador, eu andava bem ajeitado e andava com um deputado, que foi nosso advogado no sindicato, Benedito Coroba. Foi o advogado que mais ajudou o trabalhador rural daqui. [...]

Pergunta – Mas o senhor estava dizendo que o senhor andava arrumado junto dele.

Justo Evangelista – Com ele. Porque ele era deputado, na época, e eu, vereador – sim, voltando ao assunto. E cansei de chegar em casa, aqui em São Luís, com ele, a gente saltava e eu ficava sempre num terraço. Aí às vezes a família dele lá dizia: “Benedito, diz para seu motorista vir aqui.”

Pergunta – Na casa dele?

Justo Evangelista – Na casa de família dele. Vê o tanto que eu era discriminado. Ele dizia: “Não, rapaz, esse não é meu motorista. Meu motorista sou eu. Ele é um vereador.” Aí eles ficavam com vergonha. Eu cheguei num lugar, em Chapadinha...

3 A esse respeito, ver Alberti (2004b).

4 Sobre o projeto, ver, entre outros, Alberti e Pereira (2007). Justo Evangelista Conceição nasceu na comunidade de Tingidor, no município de Itapecuru Mirim (MA) em 18 de maio de 1935. Trabalhador rural alfabetizado somente aos 17 anos, fez parte de três movimentos no meio rural ainda na década de 1970: da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Comunidade Eclesial de Base (CEB) e da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR). Foi o primeiro vereador negro do município de Itapecuru Mirim e exerceu dois mandatos entre 1988 e 2000. A entrevista foi realizada em São Luís, no dia 9 de setembro de 2004.

Pergunta – Chapadinha?

Justo Evangelista – Em Chapadinha. Tinha um deputado lá, o Wagner Pessoa. Nós chegamos, era um festejo, tinha um leilão, e eu estava em pé atrás desse deputado, no meio de muita gente. O cabra que estava gritando o leilão me conhecia, disse: “Agora, para gritar o leilão, tem um deputado e tem um vereador.” O deputado olhou para trás, passou a vista por cima de mim assim, como ele está aqui, assim, assim, e nunca me enxergou. Porque era um negro. Ele nem imaginava que eu era vereador, porque não parecia mesmo vereador. Então por isso que nós dizemos assim: que a luta nossa como negro não é discriminando também os brancos, porque os brancos pobres sofrem do mesmo jeito a discriminação. Só que, nessa sociedade em que nós estamos agora, de último lugar é o negro.

Percebe-se, nesse pequeno trecho, a organização temporal e a ordem se fazendo, em função daquele contexto, de nossa presença e de nossas perguntas: “Mas o senhor estava dizendo que o senhor andava arrumado junto dele.” “Sim, voltando ao assunto.” Depois de contar a história de como era confundido com um motorista, Justo Evangelista lembra do episódio do leilão, que já deve ter contado outras vezes, mas que vem à memória naquele momento: “Eu cheguei num lugar, em Chapadinha, tinha um leilão.” Nossa presença também faz parte da narrativa: “Assim, como ele está aqui.” Essa presença faz parte do documento, assim como a letra cuidadosa de Joel Rufino faz parte de suas cartas ao filho.

A entrevista de história oral é sem dúvida contingente – um momento único, com circunstâncias únicas, que produz aquele resultado único, como ocorre com muitos documentos e fontes na história. Mas esse seu caráter particular ao extremo, como são particulares as cartas de Joel Rufino a seu filho, não impede que tomemos a entrevista de Justo Evangelista e as cartas de Joel Rufino como documentos de uma realidade social, seja da situação política, sob a ditadura, em 1973, seja do racismo no Brasil. Nesse sentido, dizer que a entrevista de Justo Evangelista é uma versão dos fatos que ocorreram com ele pode acabar desviando nosso olhar daquilo que ela documenta e do que ela efetivamente é: uma narrativa de experiências de vida produzida no contexto de uma entrevista de história oral. E é enquanto tal que nos cabe analisá-la.

Referências

ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a.

_____. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. In: ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004b. p. 33-43.

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

LIMA, L. C. A narrativa na escrita da história e da ficção. In: LIMA, L. C. *A aguarrás do tempo: estudos sobre narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 15-121.

SANTOS, J. R. dos. *Quando eu voltei, tive uma surpresa*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, T. G. dos. Apresentação. In: SANTOS, J. R. dos. *Quando eu voltei, tive uma surpresa*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 7.

Resumo: O artigo procura reforçar o caráter de documento da entrevista de história oral, relacionando-a ao conceito de “narrativa” da teoria literária. O ponto de partida são as mudanças a serem implementadas na 3ª edição do *Manual de história oral* (publicado pela primeira vez em 1990), em que, no lugar de “versão” para se referir à entrevista, serão usados “entrevista”, “narrativa” ou “relato”, para evitar que, por “versão”, se entenda uma notícia ou história infundada. Como recurso argumentativo, o artigo faz um paralelo com cartas escritas pelo historiador Joel Rufino dos Santos para seu filho, quando esteve preso, na década de 1970.

Palavras chave: fontes orais, narrativa, Manual de história oral.

From ‘version’ to ‘narrative’ in the Oral History Guide

Abstract: The article seeks to enhance that oral history interviews are historical documents, and relates them to the concept of “narrative” in literary theory. The starting point is the 3rd revised edition of the *Oral History Guide* first published in 1990, in which, instead of “version” to refer to the interview, the words “interview”, “narrative” or “account” will be used. The intent is to avoid the understanding of “version” as an unfounded account. As an argumentative resource, the article draws a parallel with letters written by the historian Joel Rufino dos Santos to his son, when Joel Rufino was in jail during Brazilian military dictatorship.

Keywords: oral sources, narrative, Oral History Guide.

Recebido em 01/10/2012

Aprovado em 05/11/2012